

## A MUNICIPALIZAÇÃO DOS ODS: uma revisão integrativa e agenda de pesquisa

**RICARDO PEREIRA**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

**ANA ESTER DA COSTA**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - UFSC

**THAÍ REGINA UMBELINO**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - UFSC

**MÔNICA RAMOS CARNEIRO**

**ROBERTO CARLOS DOS SANTOS PACHECO**

### **Introdução**

Nestes últimos anos, houve um avanço na pauta das Nações, em direção do que se caracteriza como desenvolvimento sustentável. A partir de então, houve uma ampliação do entendimento de que o desenvolvimento sustentável corresponde ao equilíbrio entre crescimento econômico, justiça social e preservação ambiental. Tanto é que “a Agenda 2030 traz um rol de objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) que incorporam a necessidade de minimizar problemas sociais, econômicos e ambientais” (DANDOLINI et. al., 2020, p.1).

### **Problema de Pesquisa e Objetivo**

A integração dos princípios ambientais no processo de tomada de decisão pública tem sido prioridade durante os últimos 30 anos. No entanto, cinco anos após o desenvolvimento da Agenda 2030 da ONU, tal integração ainda se encontra em um estágio embrionário, não havendo ações significativas implementadas em âmbito nacional, tampouco a nível local (ANNESI et. al., 2021). Assim, como forma de compreender os desafios da implementação da agenda 2030, a nível local, o presente estudo, por meio de uma revisão integrativa, tem como objetivo identificar como os ODS são aplicados em âmbito/nível local.

### **Fundamentação Teórica**

A partir da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, em 2015, as cidades foram colocadas como a base para o esforço global de promoção da sustentabilidade (HICKMANN, 2021). Destacando o papel crítico que as cidades têm para o desenvolvimento sustentável futuro (VALENCIA et. al., 2019; KLOPP; PETRETTA, 2017) e apesar dos desafios, os ODS representam uma conquista nesse sentido (KLOPP; PETRETTA, 2017).

### **Metodologia**

Este estudo adota como método a revisão integrativa. Esse tipo de revisão de literatura é uma forma diferenciada de pesquisa que gera novos conhecimentos sobre o tema abordado. Permite a revisão, crítica e síntese da literatura representativa sobre um tópico, de forma integrada, possibilitando que novas estruturas e perspectivas sobre o tema sejam geradas (TORRACO, 2016). A revisão integrativa realizada nesta pesquisa é baseada no método proposto por Whitemore e Knafl (2005), composto por cinco etapas.

### **Análise dos Resultados**

A localização permite que governos adaptem, efetivamente, as estratégias de desenvolvimento sustentável a uma realidade mais próxima (ELMASSAH; MOHIELDIN, 2020). No entanto, como essas agendas foram acordadas e assinadas pelos governos nacionais, implementá-las no nível local requer um processo de adaptação, denominado de localização. (VALENCIA, et. al., 2019). Ou seja, localizar os ODS significa traduzir esses objetivos, metas e indicadores da Agenda 2030 para as demandas e problemas de uma comunidade, região ou município (ONU, 2016).

### **Conclusão**

A utilização de uma abordagem integrada pode facilitar a tradução efetiva de políticas de desenvolvimento sustentável em ações concretas que exige encontrar coerência entre os dezessete objetivos e os planos e estratégias existentes no nível local. Na localização dos ODS, alguns aspectos precisam ser considerados: a delimitação do objetivo a ser perquirido; os indicadores; governança; e os atores envolvidos.

### **Referências Bibliográficas**

ANNESI, N., BATTAGLIA, M., GRAGNANI, P., IRALDO, F. (2021). Integrating the 2030 agenda at the municipal level: Multilevel pressures and institutional shift. *Land use policy: The International Journal Covering All Aspects of Land Use*, n. 105, p. 28, 2021. TREMBLAY, D.; GOWSY, S.; RIFFON, O.; BOUCHER, J.-F.; DUBÉ, S.; VILLENEUVE, C. A Systemic Approach for Sustainability Implementation Planning at the Local Level by SDG Target Prioritization: The Case of Quebec City. *Sustainability*, 2021, 13, 2520. <https://doi.org/10.3390/su13052520>

### **Palavras Chave**

Municipalização dos ODS, Revisão integrativa, Localização dos ODS

### **Agradecimento a órgão de fomento**

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

# A MUNICIPALIZAÇÃO DOS ODS: uma revisão integrativa e agenda de pesquisa

## 1. INTRODUÇÃO

A preocupação universal com o planeta e sobre o uso saudável e sustentável de seus recursos passou a ser tema de debate da comunidade internacional, em especial, nas últimas três décadas do Século passado. A Organização das Nações Unidas (ONU), atendendo a esse clamor, organizou, em 1972, a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, em Estocolmo (manifesto ambiental). Esse tipo de iniciativa passou a pautar a agenda das Nações e sua relação com o meio ambiente, entre elas a “Cúpula da Terra” em 1992 (agenda 21) no Rio de Janeiro, seguida da Rio+10, em 2002, em Johannesburgo (declaração de Johannesburgo), a Rio+20, novamente no Rio de Janeiro e, por fim, a Cúpula de desenvolvimento sustentável (agenda 2030 e novos ODS), na sede da ONU em Nova York, figura 01. (DANDOLINI *et. al.*, 2020).

Nestes últimos anos, houve um avanço na pauta das Nações, em direção do que se caracteriza como desenvolvimento sustentável. A partir de então, houve uma ampliação do entendimento de que o desenvolvimento sustentável corresponde ao equilíbrio entre crescimento econômico, justiça social e preservação ambiental. Tanto é que “a Agenda 2030 traz um rol de objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) que incorporam a necessidade de minimizar problemas sociais, econômicos e ambientais” (DANDOLINI *et. al.*, 2020, p.1).

Figura 1. Evolução histórica dos Objetivos de desenvolvimento sustentável



Fonte: adaptado de Miranda (2014); Agenda 2030 (2020); Dandolini *et. al.* (2020)

A integração dos princípios ambientais no processo de tomada de decisão pública tem sido uma prioridade política durante os últimos 30 anos. No entanto, cinco anos após o desenvolvimento da Agenda 2030 da ONU, tal integração ainda se encontra em um estágio embrionário, não havendo ações significativas implementadas em âmbito nacional, tampouco a nível local (ANNESI *et. al.*, 2021).

Assim, como forma de aprofundar na temática e compreender os desafios da implementação da agenda 2030, em especial a nível local, o presente estudo, por meio de uma revisão integrativa, tem como objetivo identificar como os ODS são aplicados em âmbito/nível local.

O presente artigo apresenta seis seções, incluindo esta introdução. A seção seguinte aborda o referencial teórico sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e sua municipalização/localização. A terceira seção apresenta os aspectos metodológicos da pesquisa. A quarta seção traz a análise dos resultados, na quinta seção é realizada a discussão e recomendações para trabalhos futuros. A última seção expõe as considerações finais do trabalho.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1. O que são os ODS?**

Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável fazem parte da Agenda 2030 que foi elaborada a partir de um acordo firmado entre os países membros das Nações Unidas, e representa o consenso sobre a necessidade de um mundo mais sustentável. A busca por soluções aos crescentes desafios derivados de problemas fundamentais globais, como a difícil relação entre a sociedade e a natureza, impôs a concepção da Agenda 2030 (VALENCIA, *et. al.*, 2019).

Os ODS foram formulados com base em um processo participativo, na qual diversos grupos ao redor do mundo participaram dessa elaboração; incluindo a sociedade civil organizada e os setores privados da economia, bem como organizações locais (VALENCIA, *et. al.*, 2019). Esses objetivos se propõe a serem aplicáveis a todos os países, possuindo amplo alcance, garantindo respeito às políticas e prioridades de cada país. Essa Agenda Global conta com 17 Objetivos, 169 metas que refletem um plano de ação para transformar o mundo (GEORGESON; MASLIN, 2018). Cada objetivo tem um conjunto de metas e indicadores associados que se constituem em uma estrutura de monitoramento (VALENCIA, *et. al.*, 2019). São mais de 230 indicadores o que significa pelo menos um indicador para cada uma das 169 metas (CHEN, *et al.*, 2020).

A Agenda 2030 identifica elementos críticos para o planeta e a humanidade que merecem atenção e os direciona para as perspectivas: pessoas, planeta, prosperidade e fortalecimento da paz universal e a colaboração (NU, 2015).

Os 17 objetivos individuais representam os elementos da sustentabilidade (dimensões econômica, social, ambiental e institucional) e que “como um conjunto, fornecem uma representação holística da complexidade e interdependências do desenvolvimento sustentável” (VALENCIA *et. al.*, 2019 , p. 5). Assim, esses objetivos estão integrados, são indivisíveis, universais e buscam o equilíbrio entre essas dimensões da sustentabilidade. Com essa Agenda, a proposta é que as ações da humanidade sejam guiadas, de forma colaborativa, para o bem das pessoas e do planeta até 2030 e reforça que nessa caminhada ninguém ficará para trás". A Agenda 2030 requer união e colaboração dos países para acabar com a pobreza e proteger o planeta. Além disso, o plano oferece caminho para a transformação do mundo, em busca da sustentabilidade e resiliência, melhorando a vida de todos (NU, 2015, p. 01). Promete, ainda, completar o que não foi alcançado com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM - com oito objetivos, 21 metas e 60 indicadores) que foram executados pelos Estados-membros da ONU em 2000 e significou um grande aprendizado, que auxiliou os países no enfrentamento dos desafios sociais neste início de século (NU, 2015).

### **2.2. O que é a municipalização dos ODS?**

A partir da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, em 2015, as cidades foram colocadas como a base para o esforço global de promoção da sustentabilidade (HICKMANN, 2021). Destacando o papel crítico que as cidades têm para o desenvolvimento sustentável futuro (VALENCIA *et. al.*, 2019; KLOPP; PETRETTA, 2017) e apesar dos desafios, os ODS representam uma conquista nesse sentido (KLOPP; PETRETTA, 2017).

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável colocam os municípios como elementos essenciais para a transformação do planeta, os quais desempenham o papel na operacionalização desses objetivos (NU, 2015; PARNELL, 2016). A estrutura local “pode

facilitar a tradução efetiva de políticas de desenvolvimento sustentável em ações concretas em nível nacional”. Os municípios têm autonomia para incorporar e vincular as metas da Agenda 2030 às suas estratégias e políticas de planejamento vinculadas às dimensões da sustentabilidade (NU, 2015, p. 7). Assim, as discussões sobre desenvolvimento sustentável devem assegurar que os temas locais sejam totalmente considerados dentro dos planos ambientais nacionais e estratégias de desenvolvimento sustentável. Desde a década de 80, do século passado, é possível verificar considerável inovação no desenvolvimento sustentável entre as autoridades municipais com referência à abordagem dos problemas ambientais em todo o mundo (SATTERTHWAITE, 1997).

De acordo com a ONU, localizar os ODS significa traduzir esses objetivos, metas e indicadores de uma Agenda Global para as demandas e problemas de uma comunidade, região ou município. Nesse contexto, a implementação dos ODS em nível local é chamada de "localização", que se refere ao processo que define, implementa e monitora estratégias em nível local para alcançar os ODS e metas globais, nacionais e regionais. No que se refere à Agenda 2030, a municipalização dos ODS e suas metas envolve adaptá-los aos contextos locais (TREMBLAY *et. al.*, 2021). O autor descreve, ainda, que, mesmo que existam diversas formas e ferramentas em nível nacional para que aconteça a municipalização dos ODS, essas precisam ser adaptadas à realização do desenvolvimento sustentável conforme o nível local. Ou seja, mesmo que os objetivos e metas sejam definidos e considerados como “universais e indivisíveis”, para que estes sejam realizados com sucesso em nível local, é imprescindível que sejam consideradas as realidades e capacidades ambientais, econômicas, sociais, políticas e culturais em níveis de desenvolvimento e prioridades específicas da região que se deseja realizar.

A ONU (2016) atribui a municipalização dos ODS como o processo que considera os contextos subnacionais para a realização da Agenda 2030, desde a definição de objetivos e metas até a indicação dos meios de execução, bem como o uso de indicadores para medir e acompanhar o progresso.

Sob a perspectiva de apoio para a realização da municipalização dos ODS, ACUÑA *et al.* (2012), aborda que este acontece de cima para baixo, ou seja, do governo nacional para o local, onde o processo de implantação local da Agenda 2030 e conseqüentemente dos ODS, venha pelo nível nacional por meio de ferramentas, métodos e boas práticas que podem ser analisadas e adaptadas para o nível local.

### **2.3. Porque é importante tratar a municipalização dos ODS?**

Apesar dos ODS terem sido definidos para níveis globais e/ou nacionais, acredita-se que as metas estão relacionadas às responsabilidades dos governos locais, e para que os ODS avancem em nível nacional, é necessário que o entendimento sobre municipalização se torne considerável (TEIXEIRA, 2017).

Uma vez que as autoridades locais e regionais são responsáveis por grande parte da infraestrutura social e física que move as condições de vida das pessoas e as oportunidades de desenvolvimento destas e também das cidades (BARDAL; REINAR; LUNDBERG; BJØRKAN, 2021), os municípios são considerados os principais responsáveis pela aplicação local dos ODS. A ONU (2016, pág. 13) descreve que “muitos dos investimentos para atingir as metas de desenvolvimento sustentável ocorrerão no nível subnacional e serão conduzidos pelas autoridades locais”. Uma vez que os poderes municipais estão no centro das atenções da Agenda 2030, eles são considerados não apenas executores da Agenda 2030, mas também formuladores

de políticas e atores de mudança local, pois estão melhor posicionados na interligação das metas globais às realidades das comunidades locais (ONU, 2016).

### 3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo adota como método a revisão integrativa. Esse tipo de revisão de literatura é uma forma diferenciada de pesquisa que gera novos conhecimentos sobre o tema abordado. Permite a revisão, crítica e síntese da literatura representativa sobre um tópico, de forma integrada, possibilitando que novas estruturas e perspectivas sobre o tema sejam geradas (TORRACO, 2016).

A revisão integrativa realizada nesta pesquisa é baseada no método proposto por Whitemore e Knafl (2005), composto por cinco etapas.

O presente estudo parte da identificação da necessidade da revisão e contextualização do tema proposto para responder como os ODS são aplicados em âmbito/nível local (etapa 1).

Em sequência, na etapa 2, definiu-se a estratégia de busca, a definição da seleção de fontes de informação (bases de dados), período de tempo e idioma, termos a serem pesquisados, as ferramentas para coleta e organização das informações e a definição dos critérios de inclusão e exclusão.

Para responder à questão de pesquisa, acima, elencada, utilizou-se a equação booleana ("*Sustainable development goals*" OR "*SDG*") AND ("*local context*" OR "*municipalization*" OR "*local level*" OR "*localizing the 2030 Agenda*" OR "*local authorities*") na base científica *Scopus*, filtrando por título; resumo e palavras-chave restringindo-se a artigos e revisões na língua inglesa, espanhola e portuguesa, sem delimitação temporal, obtendo um conjunto de publicações conforme Tabela 1.

Tabela 1. Artigos selecionados por base de dados

<b>Ações empreendidas</b>	<b>Número de artigos</b>
Levantamento bibliográfico na base Scopus	235
Rejeitados em primeira análise	(-) 129
<b>Total de artigos selecionados para leitura completa</b>	<b>= 106</b>
Rejeitados em segunda análise	(-) 45
<b>Total de artigos selecionados para discussão</b>	<b>= 61</b>

Fonte: Elaborado pelos autores (2021)

Nas etapas seguintes (3 e 4) foi realizada a leitura dos resumos, palavras-chave e títulos das publicações, organizando os estudos relacionados com o objetivo do estudo. Nessa etapa foram rejeitados os artigos que não se adequaram a responder à questão de pesquisa. Considerando os critérios adotados nas etapas anteriores, foram selecionados 61 artigos para análise, discussão e síntese, que serão realizados nas seções seguintes.

### 4. RESULTADOS

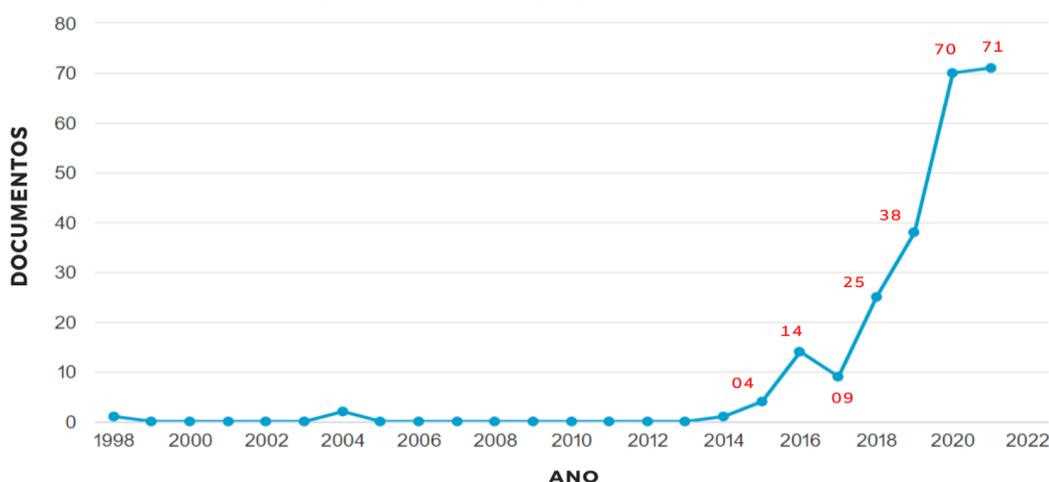
#### 4.1. Análise bibliométrica

Esta subseção faz a análise dos registros bibliográficos obtidos no levantamento bibliográfico realizado. A análise bibliométrica utiliza métodos matemáticos e estatísticos para

analisar e investigar textos científicos em um ou vários campos de pesquisa (ARAÚJO, 2006; ROEMER *et. al.*, 2015; DE BELLIS, 2009).

A figura 2 demonstra que as pesquisas sobre localização/municipalização dos ODS vêm ganhando força nos últimos dois anos. Em 2021, em especial, os estudos já superaram todos os anos anteriores, o que indica um interesse acentuado sobre o tema.

Fig. 2. Número de artigos publicados por ano

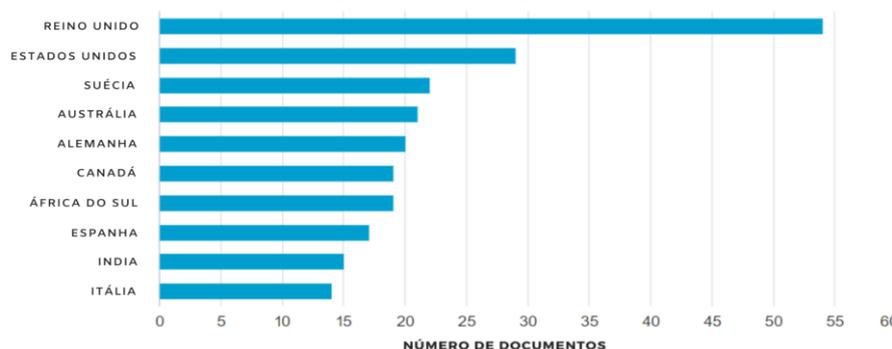


Fonte: Elaborado pelos autores (2021)

A Figura 3, por sua vez, mostra os dez países com maior produção científica. A lista é composta por cinco países europeus, um asiático, dois norte-americanos, um africano e um da Oceania.

Apesar da produção acadêmica na área ocorrer em países de todos os continentes, há uma forte concentração nos dez países apresentados na figura 3. Juntos, eles concentram cerca de 55% de todas as publicações na área. O país mais produtivo é o Reino Unido, com 54 publicações, quase o dobro dos trabalhos publicados pelo segundo colocado, os Estados Unidos, que produziram 29 artigos. O Brasil aparece na 18ª posição com 07 publicações. Importante salientar, também, que dos países apresentados na lista, metade são da Europa, evidenciando o continente europeu na vanguarda dos estudos sobre municipalização/localização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Fig. 3. Publicações por país



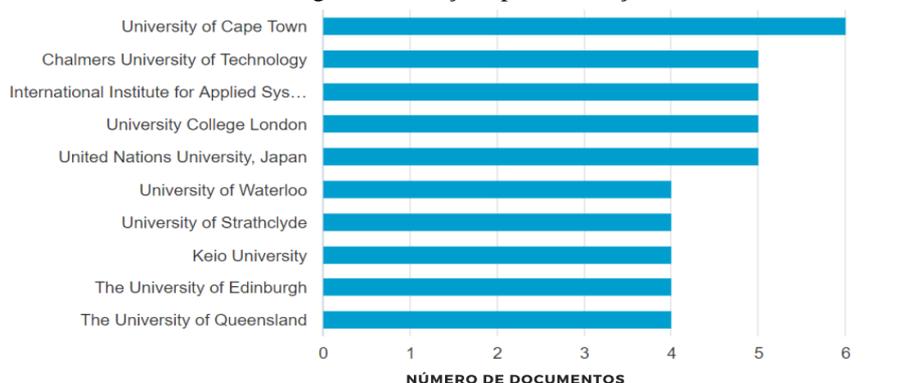
Fonte: Elaborado pelos autores (2021)

Na Figura 4, é apresentado o ranking das 10 instituições mais produtivas, considerando-se o número de publicações. Destas instituições, duas localizam-se no Japão, três no Reino

Unido, uma na Austrália, uma em Luxemburgo, uma no Canadá, uma na África do Sul e na Suécia.

O primeiro lugar da lista é ocupado pela University of Cape Town (África do Sul) com 06 artigos. Em segundo lugar estão a Chalmers University (Suécia), International Institute for Applied Systems (Luxemburgo), University College London (Reino Unido), UN University (Japão) com 05 artigos. As demais instituições são: University of Waterloo (Canadá- 04 artigos), University of Strathclyde (Reino Unido – 04 artigos), Keio University (Japão – 04 artigos), University of Queensland (Austrália – 04 artigos), The University of Edinburgh (Reino Unido – 04 artigos).

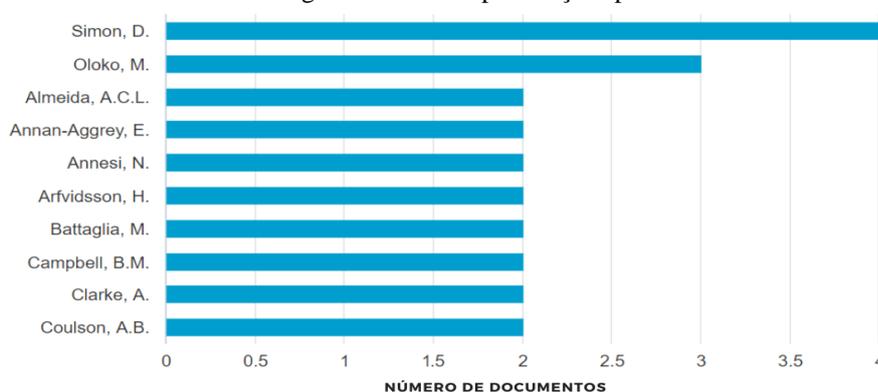
Fig. 4. Publicações por instituição



Fonte: Elaborado pelos autores (2021)

Os dados apresentados nesta variável podem ser relevantes para estudantes brasileiros que pretendem fazer intercâmbio em outras instituições, ou mesmo estabelecer redes de colaboração científica sobre municipalização/localização dos ODS e temas correlacionados. (DO CANTO, 2018; PEREIRA *et. al.*, 2020)

Fig. 5. Número de publicações por autor



Fonte: Elaborado pelos autores (2021)

A figura 5 apresenta os dez (10) principais autores e quantidade de publicações no período analisado. Os autores David Simon (04 artigos), da University of London; Michael Oloko (03 artigos) da Odinga University of Science and Technology do Quênia; Ana Almeida (02 artigos) da Griffith University-Austrália; Eunice Annan-Aggrey (02 artigos) da The University of Western Ontario, Canadá; Nora Annesi (02 artigos) da Sant'Anna Scuola Universitaria Superiore Pisa, Itália; Helen Arfvidsson (02 artigos) do Museum of World Culture, Suécia; Massimo Battaglia (02 artigos), da Sapienza Università di Roma, Italia; Bruce Campbell (02 artigos), da Bioersivity International, Italia; Amelia Clarke (02 artigos) da



No que se refere ao *cluster* 3, de cor azul, identificou-se a relação entre estudos que tratam da localização/municipalização dos ODS relacionados às políticas públicas para a gestão sustentável da água e saneamento, segurança alimentar e abastecimento e suprimento de comida e agricultura sustentável.

O agrupamento de cor amarela (*cluster* 4) aglutina pesquisas relacionadas à implementação, à nível local, do ODS 11. Os estudos tratam basicamente do planejamento e desenvolvimento urbano e cidades sustentáveis e sua implementação em contextos locais, principalmente de países como o Reino Unido, África do Sul, Índia e Brasil.

## 5. DISCUSSÃO

Em setembro de 2015, os Estados membros da Organização das Nações Unidas (ONU) se comprometeram a trabalhar por uma agenda política transformadora consistindo em 17, ambiciosos, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) a serem alcançados até 2030 (HEPP, *et. al.*, 2019). Esses 17 ODS e suas 169 metas foram adotados como apelo universal à ação para melhorar condições de vida humana, proteger o planeta e seus recursos e garantir prosperidade para todos (LAHIRI; RAJAN, 2020).

No entanto, seis anos depois, o progresso de sua implementação tem sido lento e no ritmo atual, a agenda dos ODS ficará muito aquém do cumprimento de suas 169 metas (HEPP, *et. al.*, 2019). Para acelerar o progresso de sua implementação é necessário priorizar objetivos e metas e sua adoção em relação às realidades de cada território, em especial com a implementação à nível local (HEPP, *et. al.*, 2019).

Apesar de pesquisas científicas sobre os ODSs ter aumentado, e de várias iniciativas empreendidas pelos governos locais, há lacunas de conhecimento e limitações em relação à melhor forma de implementar os ODS e integrar a Agenda 2030 nos contextos locais (TREMBLAY, *et. al.* 2021; MASUDA, *et. al.*, 2021)

A localização permite que governos adaptem, efetivamente, as estratégias de desenvolvimento sustentável a uma realidade mais próxima (ELMASSAH; MOHIELDIN, 2020). No entanto, como essas agendas foram acordadas e assinadas pelos governos nacionais, adotá-las no nível local requer um processo de adaptação, denominado de localização. (VALENCIA, *et. al.*, 2019). Ou seja, localizar os ODS significa traduzir esses objetivos, metas e indicadores da Agenda 2030 para as demandas e problemas de uma comunidade, região ou município (ONU, 2016).

Em relação ao apoio para a municipalização dos ODS, ACUÑA e colegas (2012), abordam que isso acontece de cima para baixo, ou seja, do governo nacional para o local, onde o processo de implantação local da Agenda 2030 e conseqüentemente dos ODS, venha pelo nível nacional por meio de ferramentas, métodos e boas práticas que podem ser analisadas e adaptadas para o nível local. Em posição diversa, Bardal *et. al.* (2021), destacam que mesmo que os ODS tenham sido elaborados a nível supranacional nas Nações Unidas, a implementação deve ser feita de baixo para cima, em nível local, por meio da localização dos ODS. Para tal, as autoridades locais, organizações da sociedade civil e outras partes interessadas locais assumem um papel de preponderância na capacidade local de traduzir os objetivos e metas em seus respectivos contextos.

A utilização de uma abordagem integrada pode facilitar a tradução efetiva de políticas de desenvolvimento sustentável em ações concretas que exige encontrar coerência entre os dezessete objetivos e os planos e estratégias existentes no nível local. Para que essa abordagem aconteça de forma efetiva e integrada para localização dos ODS, há uma dependência em

relação a certos aspectos como: estrutura, liderança e coordenação, flexibilidade, aprendizado organizacional e tempo (KRANTZ; GUSTAFSSON, 2021).

Alguns aspectos precisam ser considerados ao localizar os ODS: (1) delimitação do objetivo a ser perquirido; (2) indicadores (3) governança; (4) atores. Essas considerações estão inter-relacionadas, e embora não sejam exaustivas, fornecem um direcionamento importante para a reflexão sobre os desafios e oportunidades de trabalhar com essas agendas globais no nível local. (KAWAKUBO; MURAKAMI; IKAGA; ASAMI, 2018; VALENCIA, *et. al.*, 2019).

Entender e avaliar como as iniciativas locais contribuem para alcançar os ODS é o primeiro ponto a ser considerado. Somando-se a isso, é importante que os governos locais entendam suas condições atuais e identifiquem os problemas que requerem soluções urgentes (KAWAKUBO; MURAKAMI; IKAGA; ASAMI, 2018)

A capacidade de um território para gerir determinados processos de desenvolvimento sustentável depende cada vez mais da sua capacidade de aplicar processos de diagnóstico anteriores à situação atual (CALVO-PALOMARES, *et. al.*, 2021). Ou seja, o potencial transformador dessas agendas em nível local também será influenciado em parte pela capacidade de monitorar e avaliar o progresso e ajustar o curso de ação quando necessário. Os governos locais, então, precisam definir métricas que possam auxiliá-los a planejar e monitorar os ODS e sua implementação. O desafio para os governos locais está em encontrar um equilíbrio entre um conjunto abrangente de novos indicadores, que possam ser utilizados em um contexto local (VALENCIA, *et. al.*, 2019)

Esses indicadores possibilitam monitorar e relatar sobre o progresso no cumprimento das metas para cumprimento dos ODS. À nível global, foram definidos 244 indicadores (ou 232 se os nove indicadores que se repetem em dois ou três alvos diferentes são levados em consideração). Para os municípios os indicadores podem contribuir para aumentar o entendimento dos desafios nas cidades, avaliando e monitorando condições ao longo do tempo, informando decisões e desempenhando um papel na geração de apoio político e cidadão para políticas e programas específicos (VALENCIA, *et. al.*, 2019; ALMEIDA, 2019)

Os ODS foram elaborados para serem relatados a nível nacional e, portanto, a maioria dos indicadores são com base em estatísticas nacionais. Logo, há a necessidade de ajustar os indicadores existentes e organizar um método consistente e frequente para avaliar o progresso em direção ao cumprimento das metas dos ODS em níveis locais (OLIVEIRA, *et. al.*, 2019).

Nagy, Benedek e Ivan (2018) afirmam que ferramentas específicas e apropriadas são necessárias para auditar as condições locais, identificar problemas, tomar as ações apropriadas e medir o progresso na entrega de resultados e, consequentemente, no cumprimento dos ODS.

E ainda, a seleção dos indicadores considerando a modalidade *bottom-up* por participantes residentes na vizinhança ou interessados no tema constitui uma técnica que permite a aproximação de objetivos de desenvolvimento mais amplos com situações e contextos mais particulares (MARTINS, *et. al.*, 2021). Ou seja, as percepções dos habitantes sobre suas cidades revelam dimensões e atributos que são de extrema relevância para a mensuração, assim como para a consecução dos ODS, não capturados por indicadores oficiais.

Sousa e colegas (2021), indicam que esses indicadores associados à métodos de tomada de decisão de múltiplos critérios (MCDM), podem auxiliar na tomada de decisão, priorização de projetos e programas para o cumprimento dos ODS e definir políticas públicas voltadas para a implementação da Agenda 2030 em diferentes contextos (SOUSA, *et. al.*, 2021).

A complexidade e abrangência da Agenda 2030, bem como seus objetivos inclusivos e participativos exigem uma integração e abordagem de governança que facilita a criação de parcerias e diálogos entre diferentes níveis de governo, entre setores e com diferentes grupos sociais. A fim de ter sucesso em atingir os objetivos dessa agenda, inovação e cooperação

intersetorial são necessárias. Ademais, vontade política, uma forte e coerente governança, parcerias entre Setor Público, atores do Setor Privado e da sociedade civil, são peças-chave para consecução dos ODS, em especial em contextos locais (VALENCIA, *et. al.*, 2019). Nesse mister, a governança multinível, possibilita a interconexão de cidades e governos locais com atores e instituições em vários níveis e escalas para melhor capturar o potencial e as limitações para formulação de políticas urbanas que contribuam para a sustentabilidade (HICKMANN, 2021). Ou seja, a importância de, conjuntamente, abordar questões das dimensões de sustentabilidade sociais, ambientais e econômicas requer vários níveis de colaboração e governança e promoção de parcerias entre atores e entre diferentes níveis de instituições governamentais. Dada a complexidade das questões de sustentabilidade, é amplamente reconhecido que nenhum único ator ou nível de governança pode abordar totalmente a sustentabilidade sem formar parcerias e cooperação com diferentes tipos e níveis de atores (VALÊNCIA, *et. al.*, 2019).

Nesse sentido, o processo de localizar os ODS envolve a mobilização de diversos atores sociais para que os objetivos e metas da Agenda 2030 sejam alcançados. O nível local fornece o palco para ações concretas e o engajamento de várias partes interessadas. Comunidades, grupos formais e informais, cidadãos, organizações e líderes locais desempenham um papel fundamental (DE CARVALHO, *et. al.*, 2020)

Saviano e colegas (2019) sugerem que a integração das dimensões da sustentabilidade possa ser realizada por meio da Tríplice Hélice, o que resultaria em uma ação coordenada e coerente entre os três principais atores (Governo, Universidade e Indústria), e que de forma híbrida conseguiriam definir os seus papéis para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Nesse sentido, Bansard, Hickmann e Kern (2019) apontam quatro formas de interação entre a ciência, a política e a sociedade para a realização dos ODS em nível local, são eles: compartilhar conhecimento e fornecer dados científicos para a formulação de políticas de sustentabilidade urbana, implementar projetos de pesquisa transformadores, contribuir para a capacitação local e realizar o autogoverno para a sustentabilidade.

Além disso, como os governos locais nem sempre têm os recursos ou funções necessárias para implementar as agendas locais de sustentabilidade, as abordagens colaborativas tornam-se relevantes para promover interesses comuns de sustentabilidade entre as partes interessadas, como um contexto adequado para essa implementação (ORDONEZ-PONCE; CLARKE; MACDONALD, 2021).

No que concerne à consecução dos ODS de forma mais efetiva, envolver a comunidade nos processos de tomada de decisão permite que os governos tenham perspectivas mais amplas e soluções potenciais para melhorar as decisões, serviços e ações. Ao mesmo tempo, fornece a base para melhor diálogo, maior sentimento de pertença e democracia. Processos participativos estruturados e coordenados revelam-se ferramentas poderosas, também, de sensibilização da comunidade devido ao envolvimento direto dos componentes sociais na definição das estratégias e na ação de implementação dos ODS (ATTOLICO; SMALDONE, 2020).

Apesar de sua importância para construção da Agenda 2030 a nível local, poucos estudos estão se dedicando a discussão sobre a influência dos cidadãos no desempenho do governo local em termos de governança democrática. A relação entre a participação do cidadão e o desempenho do governo na consecução dos ODS é altamente contextualizada. A participação do cidadão ajuda a explicar as melhorias institucionais e construir as políticas públicas necessárias à efetivação da Agenda 2030 (HUE, *et. al.*, 2021).

Somando-se ao engajamento dos cidadãos na construção dos ODS, pode-se considerar a participação de organizações intermediárias (como ONGs) com o fulcro de buscar a conscientização sobre os ODS, de forma a criar espaços para que possam dialogar com os tomadores de decisão locais e incentivar/criar espaços para que os cidadãos marginalizados possam absorver e compartilhar seus conhecimentos (HOWARD; WHEELER, 2015). Nesse

sentido, Ordonez-Ponce, *et. al.* (2021), indica o potencial que grandes parcerias intersetoriais de sustentabilidade podem representar para empresas de diversos tamanhos e setores para atingir seus objetivos estratégicos e ainda contribuir para a sustentabilidade local e global.

O modo como os ODS são implementados a nível local é extremamente relevante para a localização dos ODS. O uso de *frameworks*, modelos, taxonomias é lugar comum nos estudos analisados. Por exemplo, Annesi e colegas (2021) elaboraram um modelo para a institucionalização e integração sistemática dos princípios ambientais e de sustentabilidade no processo de tomada de decisão pública. Os estudos de Calvo-Palomares *et. al.* (2021), por sua vez, resultaram em um software, uma Matriz denominada READI, a partir das iniciais dos elementos-chave em que se baseia: “Recursos, Atores e Dinâmicas”. A proposta possibilita comprovar empiricamente que os territórios são competentes na medida em que aproveitam dos recursos disponíveis (naturais, mas não só, subutilizados ou, pelo contrário, intensiva ou irracionalmente utilizados) e através dos atores presentes (sociais e econômica), gerando dinâmica entre eles (interações entre os sistemas socioeconômicos e naturais) como elementos essenciais para o desenvolvimento local.

Martins *et. al.* (2021) construíram um *framework* com os princípios, categorias e respectivos indicadores de sustentabilidade para aplicação de questionário em diferentes atores da comunidade. A comunidade contribuiu para a identificação de indicadores de sustentabilidade de bairros a partir da visão de *bottom-up* no processo de escolha dos indicadores, dimensões, grupos e indicadores para promoção de comunidades sustentáveis a partir da opinião da comunidade e análise dos principais componentes.

Os estudos de Masuda *et. al.* (2021) contribuíram com o desenvolvimento de uma estrutura analítica cobrindo os principais componentes para a integração dos ODS em nível local, com base em uma revisão das diretrizes de política recentes para a implementação dos ODS e da integração de políticas e a coerência na literatura.

Já Tremblay *et. al.* (2021) oferecem uma abordagem única que foca o nível local, tratando de melhores práticas para a localização dos ODS e inclui os conceitos de contextualização, localização, abordagem de sistemas e integração que podem ser aplicadas em todos os níveis de governança. A abordagem oferece procedimentos que capacitam os atores da sustentabilidade em linha com a integração vertical e horizontal por meio de capacitação, conscientização e participação direta.

Apesar das propostas metodológicas identificadas, há a necessidade da proposição de novas metodologias aplicadas ao nível local, para avaliação do grau de competência dos territórios para realizar o desenvolvimento local (CALVO-PALOMARES, *et. al.*, 2021).

A integração dos ODS em nível local apresenta alguns desafios, entre eles estão: falta de coordenação na implementação da Agenda 2030 nos níveis internacional, nacional e local; responsabilidade fragmentada e responsabilização ambígua; baixa motivação; conjuntos de dados limitados para a realização de atividades de monitoramento e avaliação, incluindo a definição de indicadores; recursos humanos e financeiros insuficientes; e falta de parcerias com várias partes interessadas (MASUDA, *et. al.*, 2021). Estes desafios se explicam pela complexidade dos fenômenos encontrados nas realidades locais e a definição multidimensional da Agenda 2030 (FARNIA, *et. al.*, 2019).

A superação dos desafios relacionadas pode ser obtida por meio de governança, transparência e participação social, sendo questões críticas a serem abordadas. Além disso, será necessário ajustar os indicadores existentes e organizar um método consistente e frequente para avaliar o progresso em direção ao cumprimento das metas dos ODS em níveis locais (ALMEIDA, 2019).

Por derradeiro, mas não menos importante, é de extrema relevância que se apoie a transição para a sustentabilidade, incluindo sistematicamente os princípios ambientais e sustentáveis nos processos de tomada de decisão dos governos locais.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A localização permite que governos adaptem, efetivamente, as estratégias de desenvolvimento sustentável a um contexto específico. Nesse sentido, a utilização de uma abordagem integrada pode facilitar a tradução efetiva de políticas de desenvolvimento sustentável em ações concretas que exige encontrar coerência entre os dezessete objetivos e os planos e estratégias existentes no nível local. Na localização dos ODS, alguns aspectos precisam ser considerados: a delimitação do objetivo a ser perquirido; os indicadores; governança; e os atores envolvidos.

Entender e avaliar como as iniciativas locais contribuem para alcançar os ODS é o primeiro ponto a ser considerado. A capacidade de um território para gerir determinados processos de desenvolvimento sustentável depende cada vez mais da sua capacidade de aplicar processos de diagnóstico e a construção de indicadores que representem a realidade local.

A complexidade e abrangência da Agenda 2030, bem como seus objetivos inclusivos e participativos exigem uma integração e abordagem de governança que facilite a criação de parcerias e diálogos entre diferentes níveis de governo, setores e grupos sociais. Nesse sentido, o processo de localizar os ODS envolve a mobilização de diversos atores sociais para que os objetivos e metas da Agenda 2030 sejam alcançados. Assim, envolver a comunidade nos processos de tomada de decisão permite que os governos tenham perspectivas mais amplas e soluções potenciais para melhorar as decisões, serviços e ações. Neste ponto, a relação entre a participação do cidadão e o desempenho do governo na consecução dos ODS é altamente contextualizada e o modo como os ODS são implementados a nível local é extremamente relevante para a localização desses ODS.

Constatou-se que a integração dos ODS, em nível local, apresenta alguns desafios que podem ser superados por meio de governança, transparência e participação social, sendo questões críticas a serem abordadas, inclusive com a adoção dos princípios de sustentabilidade nos processos de tomada de decisão dos governos locais.

Apesar do surgimento de várias iniciativas empreendidas pelos governos locais, os estudos sobre o processo de integração da Agenda 2030 nos contextos locais permanecem limitados. As pesquisas futuras podem ajudar a definir boas práticas na localização dos ODS e metodologias para adaptar a Agenda 2030 aos contextos locais. Sugere-se, ainda, atenção especial ao incremento de pesquisas que busquem a relação entre a participação da comunidade e engajamento cidadão na localização dos ODS. Importante, ainda, considerar em pesquisas futuras que se avalie as relações encontradas e a compreensão mais profunda do papel que as parcerias e parceiros podem desempenhar na sustentabilidade local. São necessárias mais pesquisas para entender como adaptar os objetivos, metas e indicadores a contextos municipais específicos. Por fim, são necessárias novas propostas metodológicas que auxiliem/orientem a implementação dos ODS em nível local.

## REFERÊNCIAS

- ACUÑA, M; GUSMÃO, A; GOMES, B. M. P.; ANDRADE, S. **Fortalecimento institucional, participação e controle social: Metodologia de atuação em municípios impactados por grandes empreendimentos**. São Paulo: Agenda Pública. 2. ed. 2012.
- AJATES, R.; HAGER, G.; GEORGIADIS, P.; COULSON, S.; WOODS, M.; HEMMENT, D. Local Action with Global Impact: The Case of the GROW Observatory and the Sustainable Development Goals. *Sustainability*, 2020. doi:10.3390/su122410518

ALMEIDA, A. C. L. Multi actor multi criteria analysis (MAMCA) as a tool to build indicators and localize sustainable development goal 11 in Brazilian municipalities. *Heliyon*, 5, 2019. doi:10.1016/j.heliyon.2019.e02128

ALMEIDA, A. C. L.; DAVEY, P. Integrating health promotion into sustainable development goal 11: major challenges and learned lessons from Healthy Municipalities, Cities and Communities (HMC) in Brazil. **International Journal of Health Promotion and Education**, 1–16, 2020. doi:10.1080/14635240.2020.1808042

ANNESI, N., BATTAGLIA, M., GRAGNANI, P., IRALDO, F. (2021). Integrating the 2030 agenda at the municipal level: Multilevel pressures and institutional shift. Land use policy: **The International Journal Covering All Aspects of Land Use**, n. 105, p. 28, 2021.

ARAÚJO, C. Bibliometria: evolução histórica e questões atuais. **Em questão**, 12(1), 11-32, 2006.

ATTOLICO, A.; SMALDONE, R. The# weResilient strategy for downscaling local resilience and sustainable development: the Potenza province and municipalities of Potenza and Pignola case. **Disaster Prevention and Management: An International Journal**, 2020.

BANSARD J.S., HICKMANN T., KERN K. Pathways to urban sustainability: How science can contribute to sustainable development in cities. **GAIA** 28/2(2019): 112 –118

BARDAL, K.G.; REINAR, M.B.; LUNDBERG, A.K.; BJØRKAN, M. Factors Facilitating the Implementation of the Sustainable Development Goals in Regional and Local Planning—Experiences from Norway. **Sustainability** 2021, 13, 4282. <https://doi.org/10.3390/su13084282>

CALVO-PALOMARES, R.; AGUADO-HERNÁNDEZ, J. A.; SIGALAT-SIGNES, E.; ROIG-MERINO B. A New Methodology to Assess Territorial Competence for Sustainable Local Development: The READI®(Resources-Actors-Dynamics) Matrix. **Sustainability**, v. 13, n. 11, p. 6022, 2021.

CARON P., et. al. Food systems for sustainable development: proposals for a profound four-part transformation. **Agronomy for Sustainable Development** (2018) 38: 41

CHEN J.; PENG S.; CHEN, H.; ZHAO, X.; GE, Y.; LI, Z. A comprehensive measurement of progress toward local SDGs with geospatial information: methodology and lessons learned. **ISPRS International Journal of Geo-Information**, v. 9, n. 9, p. 522, 2020.

DANDOLINI, G. A.; DE SOUZA, J. A.; PEREIRA, R.; MALVESTITI, R. **Inovação social, negócios sociais e desenvolvimento sustentável**. 1. ed. Pantanal Editora, 2020. v. 1. 98p.

DE BELLIS, N. **Bibliometrics and citation analysis: from the science citation index to cybermetrics**. Plymouth (UK): Scarecrow Press, 2009.

DE CARVALHO, R. C.; NAHAS, M. I. P.; HELLER, L. Localizing Sustainable Development Goal 6: An Assessment of Equitable Access to Sanitation in a Brazilian Metropolitan Region. **Sustainability**, v. 12, n. 17, p. 6776, 2020.

ELMASSAH, S.; MOHIELDIN, M. Digital transformation and localizing the Sustainable Development Goals (SDGs). **Ecological Economics**, 169, 2020. doi:10.1016/j.ecolecon.2019.10649

ESTEVEZ, A. M.; GENUS, A.; HENFREY, T.; PENHA-LOPES, G.; EAST, M. Sustainable entrepreneurship and the Sustainable Development Goals: Community-led initiatives, the social solidarity economy and commons ecologies. **Business Strategy and the Environment**, v. 30, n. 3, p. 1423-1435, 2021.

FARNIA, L.; CAVALLI, L.; LIZZI, G.; VERGALLI, S. Methodological Insights to Measure the Agenda 2030 at Urban Level in Italy. **Sustainability**, 11(17), 2019. doi:10.3390/su11174598

FRANQUESA-SOLER, M.; SANDOVAL-RIVERA, J. C. A. Mentoring Program to Achieve SDGs in Local Contexts: A Case Study in Communities from Southern Mexico. **Sustainability: The Journal of Record**, 12(2), 109–114, 2019. doi:10.1089/sus.2018.0034

GARCÍA LÓPEZ, J.; SISTO, R.; BENAYAS, J.; DE JUANES, Á.; LUMBRERAS, J.; MATAIX, C. Assessment of the Results and Methodology of the Sustainable Development Index for Spanish Cities. **Sustainability**, v. 13, n. 11, p. 6487, 2021.

GEORGESON, L.; MASLIN, M. Putting the United Nations Sustainable Development Goals into practice: A review of implementation, monitoring, and finance. **Geo. Geogr. Environ.** 2018, 5, e00049. DOI: 10.1002/geo2.49

HEPP, P.; SOMERVILLE, C.; BORISCH, B. Accelerating the United Nation's 2030 Global Agenda: Why Prioritization of the Gender Goal is Essential. **Global Policy**, 10(4), 677–685, 2019. doi:10.1111/1758-5899.12721

HICKMANN, T. Locating cities and their governments in multi-level sustainability governance. **Politics and Governance**, v. 9, n. 1, p. 211-220, 2021.

HOWARD J., WHEELER J. What community development and citizen participation should contribute to the new global framework for sustainable development. **Community Development Journal**. Vol 50 No 4 October, 2015 pp. 552 –570

HUE, T. H. H.; TUNG-WEN SUN, M. Democratic Governance: Examining the Influence of Citizen Participation on Local Government Performance in Vietnam. **International Journal of Public Administration**, p. 1-19, 2021.

KAWAKUBO S., MURAKAMI S., IKAGA T., ASAMI Y. Sustainability assessment of cities: SDGs and GHG emissions. **Building Research & Information**, 2018. 46:5, 528-539, DOI: 10.1080/09613218.2017.1356120.

KLOPP, J. M.; PETRETTA, D. L. The urban sustainable development goal: Indicators, complexity and the politics of measuring cities. **Cities**, v. 63, p. 92-97, 2017.

KRANTZ, V.; GUSTAFSSON, S. Localizing the sustainable development goals through an integrated approach in municipalities: early experiences from a Swedish forerunner, **Journal of Environmental Planning and Management**, 2021. DOI: 10.1080/09640568.2021.1877642

LAHIRI, S.; RAJAN, J. Local governments and sustainable development: Nurturing best practices through horizontal learning process (HLP) across countries. **Teaching Public Administration**, 2020. doi:10.1177/0144739420963161

LAWRENCE R.J. Overcoming barriers to implementing sustainable development goals: Human ecology matters. **Human Ecology Review**, 2020. Doi: 10.22459/HER.26.01.2020.08

MARTINS, M. S.; FUNDO, P.; LOCATELLI KALIL, R. M.; ROSA, F. D. Community participation in the identification of neighbourhood sustainability indicators in Brazil. **Habitat International**, v. 113, p. 102370, 2021.

MASUDA, H.; OKITASARI, M.; MORITA, K.; KATRAMIZ, T.; SHIMIZU, H.; KAWAKUBO, S.; KATAOKA, Y. SDGs mainstreaming at the local level: case studies from Japan. **Sustainability Science**, p. 1-24, 2021.

MOHANTY, S. P.; RAMASWAMY, R.; DURAIAPPAH, A. K. On the Design of a Youth-Led, Issue-Based, Crowdsourced Global Monitoring Framework for the SDGs. **Sustainability**, 11(23), 2019. doi:10.3390/su11236839

NAGY J.A., BENEDEK J., IVAN K. Measuring sustainable development goals at a local level: A case of a Metropolitan Area in Romania. **Sustainability** 2018, 10, 3962; doi:10.3390

OLIVEIRA, G. M.; VIDAL, D. G.; MAIA, R. L. Monitoring Portuguese living conditions at local scale: a case study based on sustainable development indicators. **International Journal of Sustainable Development & World Ecology**, 27(2), 140–152, 2019. doi:10.1080/13504509.2019.1678204

ONU. **Roteiro para a Localização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: implementação e Acompanhamento no nível subnacional**. 2016. Disponível em: Roteiro para a Localização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável | PNUD Brasil (undp.org) Acesso em: 09 set. 2021.

ORDONEZ-PONCE, E.; CLARKE, A.; MACDONALD, A. Business contributions to the sustainable development goals through community sustainability partnerships. **Sustainability Accounting, Management and Policy Journal**, 2021.

PARNELL, S. Defining a global urban development agenda. *World Development*, Vol. 78, pp. 529–540, 2016. <http://dx.doi.org/10.1016/j.worlddev.2015.10.028>

PEREIRA, R.; CUNHA; C. J. C. A. Liderando equipes à distância uma contextualização necessária sobre liderança remota e equipes virtuais. **Anais Do Congresso Internacional De Conhecimento E Inovação – Ciki**, v.1, n.1, 2020. <https://doi.org/10.48090/ciki.v1i1.873>

PEREIRA, RICARDO; ROSA, K. C. M.; CUNHA, C. J. C. A. Teoria Implícita da Liderança: uma revisão bibliométrica e mapeamento científico utilizando VOSviewer®. In: **XXIV Seminários em Administração. SEMEAD XXIV**, 2021, São Paulo. Anais do XXIII Seminários em Administração - SEMEAD XXIII, 2021, “no prelo”.

PILATO G., SALLU S.M., GAWOREK-MICHALCZENIA M. Assessing the Integration of Climate Change and Development Strategies at Local Levels: Insights from Muheza District, Tanzania. **Sustainability**, 2018, 10, 174; doi:10.3390.

ROEMER, R.; BORCHARDT, R. **Meaningful Metrics: A 21st Century Librarian’s Guide to Bibliometrics, Altmetrics, and Research Impact**. Chicago: Association of College & University Libraries, 2015.

SATTERTHWAITE, D. Sustainable cities or cities that contribute to sustainable development?. **Urban studies**, v. 34, n. 10, p. 1667-1691, 1997.

SAVIANO M.; SCIARELLI F.; RINALDI A.; ALOWANOU G.G. Healthcare and SDGs Governance in Light of the Sustainability Helix Model: Evidence from the African Continent. **Sustainability**, 2019, 11, 1203; doi:10.3390.

SOUSA, M.; ALMEIDA, M. F.; CALILI, R. Multiple Criteria Decision Making for the Achievement of the UN Sustainable Development Goals: A Systematic Literature Review and a Research Agenda. **Sustainability**, v. 13, n. 8, p. 4129, 2021.

STAFFORD-SMITH M., et. al. Integration: the key to implementing the Sustainable Development Goals. **Sustain Sci**, 12:911–919, 2017.

STEINIGER, S.; WAGEMANN, E.; DE LA BARRERA, F.; MOLINOS-SENANTE, M.; VILLEGAS, R.; DE LA FUENTE, H.; BARTON, J. R. Localising urban sustainability indicators: The CEDEUS indicator set, and lessons from an expert-driven process. **Cities**, 101, 2020. doi:10.1016/j.cities.2020.102683

TEIXEIRA, P. R. L. **A municipalização dos Objetivos do Milênio em Bairro Alto – GO: um olhar a partir da teoria da sociologia da ação organizada / Paulo Ricardo Loiola Teixeira. – 2017. 81 f. Dissertação (mestrado) - Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa. Orientador: Edson Kenji Kondo. Inclui bibliografia.**

TERRAPON-PFAFF J., ORTIZ W., DIENST C., GRÖNE M.-C. Energising the WEF nexus to enhance sustainable development at local level. **Journal of Environmental Management**, 223 (2018) 409–416

TREMBLAY, D.; GOWSY, S.; RIFFON, O.; BOUCHER, J.-F.; DUBÉ, S.; VILLENEUVE, C. A Systemic Approach for Sustainability Implementation Planning at the Local Level by SDG Target Prioritization: The Case of Quebec City. **Sustainability**, 2021, 13, 2520. <https://doi.org/10.3390/su13052520>.

UNITED NATIONS: **Transforming Our World: The 2030 Agenda for Sustainable Development**. Resolution of the General Assembly 70/ 1. 2015 [http://www.un.org/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=A/RES/70/1&Lang=E](http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/70/1&Lang=E).

VALÊNCIA, S. et al. Adapting the Sustainable Development Goals and the New Urban Agenda to the city level: Initial reflections from a comparative research project. **International Journal**

**of Urban Sustainable Development,** 11(1), 4–23, 2019.  
doi:10.1080/19463138.2019.1573172.